

Translanguaging e justiça social: por uma mudança de perspectiva

Translanguaging and social justice: for a change of perspective

Translanguaging y justicia social: por un cambio de perspectiva

Ana Claudia Peters Salgado
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Mara Raquel Barbosa
Texas A&M University-Corpus Christi

Rafael Jefferson Fernandes
CEFET-RJ - Campus Valença

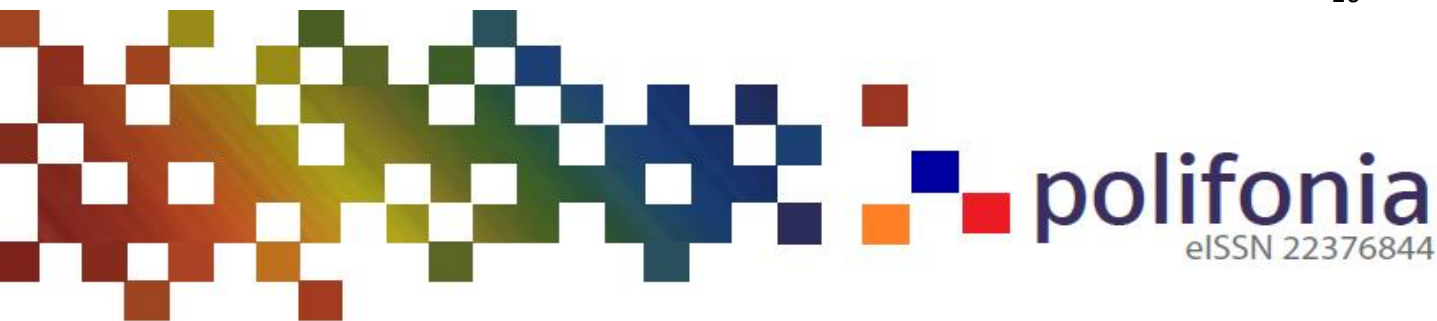
Ludmila Mendes Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Maísa Rena Haddad
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo

O propósito deste artigo é discutir o conceito de *translanguaging*¹ como um caminho de busca por justiça social nos contextos: i)portunhol em sala de aula de espanhol como uma prática estigmatizada, ii) a situação linguística de migrantes no Brasil, iii) e a prática linguística de *drag queens*. Sendo que nas duas últimas situações vemos grupos de pessoas que também são estigmatizados por razões outras para além de questões linguísticas. Entendemos que a hierarquização de práticas linguísticas contribui para relações injustas em que alguns grupos têm mais direitos e acesso a recursos que outros. Discutimos aqui três situações linguísticas cujas análises podem contribuir ao entendimento do fenômeno *translanguaging* e de como a

¹ A tradução para o português do termo *translanguaging* mais próxima do que o conceito exprime é, no nosso entender, prática translíngue. Isso porque, ao estudarmos esse fenômeno, percebemos que não se trata de um substantivo, um nome, mas de ação contínua, fluida, que não se pode reificar. Antes, é pela ação que o fenômeno acontece. Por isso, apenas quando possível neste texto, adotaremos prática translíngue. De resto, optamos pela manutenção em inglês: *translanguaging*. Ressaltamos também que o termo *translanguaging* vem sendo discutido por inúmeros autores que conferem a ele designações diferentes. Sugerimos ao leitor a consulta aos trabalhos de Cristine Gorski Severo, Claudia Hilsdorf Rocha, Ruberval Franco Maciel, Isabel Cristina Vollet Marson, Maria Inêz P. Lucena, Angela C. Cardoso, Maria Adélia Costa, Maria Adélia, e Eduardo Henrique Lacerda Coutinho.



compreensão desse fenômeno representa uma questão de justiça social. Discutimos essas práticas marcadas. A partir das lentes do translanguaging, que as interpreta como práticas legítimas.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; Práticas translíngues; Justiça Social

Abstract

The purpose of this article is to discuss the concept of translanguaging as an avenue in the pursuit of social justice. We understand that linguistic hierarchies contribute to unfair relationships in which some groups have more rights and access to resources than others. We discuss here three linguistic realities and analyze them as a means to contribute to the understanding of the translanguaging phenomenon and to how this phenomenon represents a question of social justice. They are: i) *Portunhol* in language classes as a stigmatized practice, ii) the linguistic situation of migrants in Brazil, iii) and the linguistic practices of drag queens. These two last situations show groups that are also stigmatized for reasons other than linguistic ones. We discuss their marked practices from the point of view of translanguaging, which understands these linguistic practices as legitimate.

Keywords: Applied Linguistics; Translanguaging; Social justice.

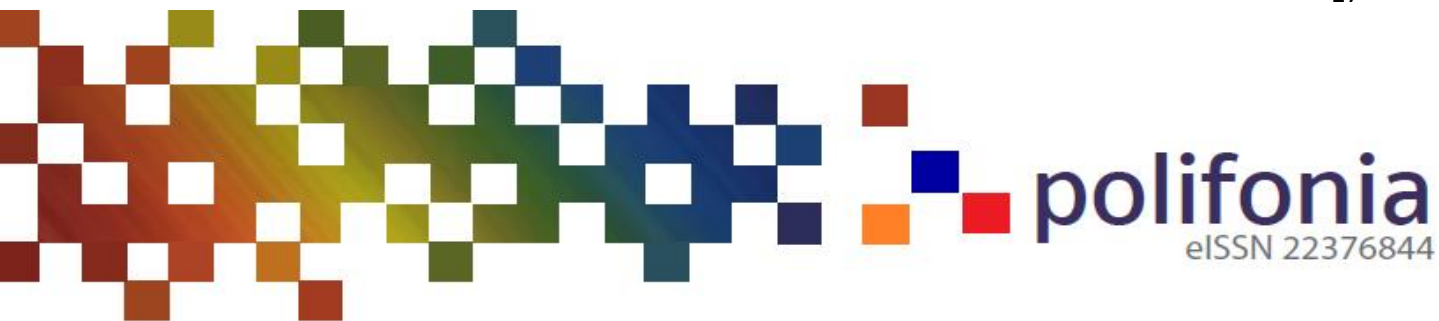
Resumen

El objetivo de este artículo es discutir el concepto de translenguaje como una búsqueda por justicia social en los contextos: i) *Portuñol* en el aula de español como una práctica estigmatizada, ii) la situación lingüística de los migrantes en Brasil, iii) y la práctica lingüística de drag queens. En las dos últimas situaciones vemos grupos de personas que también son estigmatizadas por motivos distintos que están más allá de una cuestión lingüística. Entendemos que la creación de una jerarquía de las prácticas lingüísticas ha contribuido a relaciones injustas en las que algunos grupos tienen más derechos y acceso a recursos que otros. Discutimos aquí tres situaciones lingüísticas cuyo análisis puede contribuir a la comprensión del fenómeno del translenguaje y de cómo la comprensión de este fenómeno representa una cuestión de justicia social. Discutimos estas prácticas marcadas, desde la óptica del translenguaje, que se interpretan como prácticas legítimas.

Palabras clave: Lingüística Aplicada. Translenguaje. Justicia social.

Introdução

Aqueles que se debruçam sobre o estudo do fenômeno *translanguaging* – que não é novidade enquanto fenômeno – parecem não ter quaisquer dúvidas sobre o que o conceito envolve: processos multimodais de criação de repertórios linguísticos e paralinguísticos. Repertórios linguísticos abarcam práticas e características socialmente associadas diferentes códigos linguísticos e que o falante emprega de maneira dinâmica, sem obedecer a essas restrições e limitações sociais. Nossa proposta consiste em descrever e discutir o fenômeno translanguaging e de que forma a lente translíngue nos permite perceber caminhos para a justiça social. Apesar de haver pesquisas que já



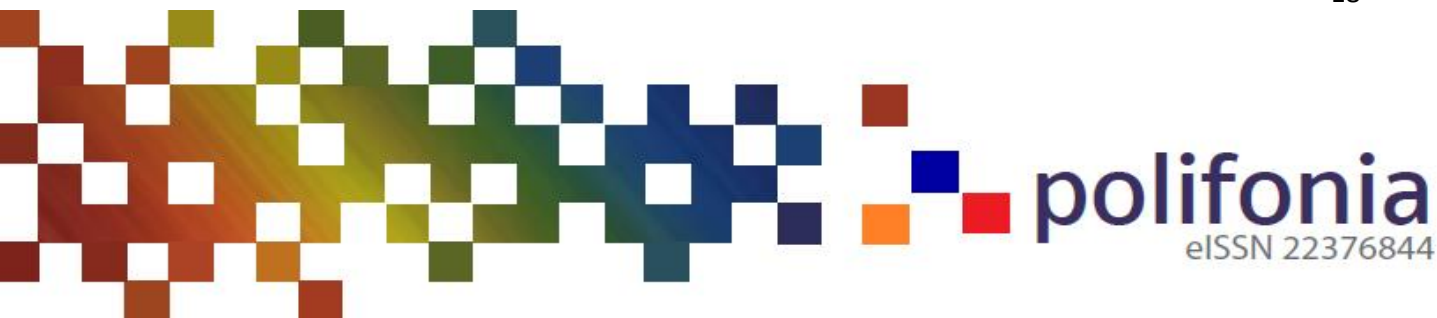
apontam a aproximação de *translanguaging* e justiça social e cognitiva, buscamos aqui reiterar essa questão colocando em perspectiva autores oriundos de epistemes eurocêntricas. Entretanto, definir *translanguaging* não parece ser uma tarefa fácil. Principalmente porque a própria tradução do termo *language* para o português implica a necessidade de evidenciar os contextos de fala para que possamos explicitar se tratamos de língua (código) ou linguagem (meios de expressão)².

No que se refere à justiça social, de acordo com Sousa Santos (2018), essa só é possível se pensarmos antes em justiça cognitiva. A perspectiva cognitiva hegemônica do mundo ocidental moderno é eurocêntrica e colonizadora, de forma que, ao refletirmos aqui sobre justiça cognitiva/justiça social, assumimos uma mudança de perspectiva. Ou seja, defendemos conhecimentos e experiências, que na ordem hegemônica, são sistematicamente apagados, silenciados e invisibilizados.

O objetivo deste artigo é discutir mais uma possibilidade de entendimento de *translanguaging*, que ao nosso ver está presente na expressividade linguística de cada pessoa, e que pode ser aspecto relevante de justiça social, se entendido como justiça cognitiva (SOUSA SANTOS, 2018). Nesse sentido, é preciso primeiro apresentar o que entendemos por justiça social pela linguística. Como explica Blackledge (2000), quando o grupo dominante em uma sociedade considera ideais certas práticas linguísticas, há potencial para a exclusão e discriminação contra aqueles que não querem ou não podem se adequar ao modelo idealizado. Não defendemos, exclusivamente, a ideia de inclusão social pelo viés do assistencialismo linguístico, tal como o termo “acolhimento linguístico” pressupõe. Mais do que acolher, é reconhecer que o falante, agente social por excelência, tem condições e direitos de escolher e optar por meios de expressar-se enquanto age no mundo.

Para cumprirmos nosso objetivo, apresentaremos três situações diferentes da vida cotidiana brasileira que sustentarão nossa argumentação teórica: i) o “portunhol” em sala

² O texto apresenta termos característicos do lado eurocêntrico da linha abissal, tais como contato linguístico, código linguístico, input linguístico, materialidade linguística falante bilingue, de forma a incluir leitores que precisam se apoiar sobre tais conceitos conhecidos de forma a expandirem suas compreensões. De qualquer forma, o que se pretende aqui é partir de tais termos para ampliarmos nossa discussão, e não os reiterar.

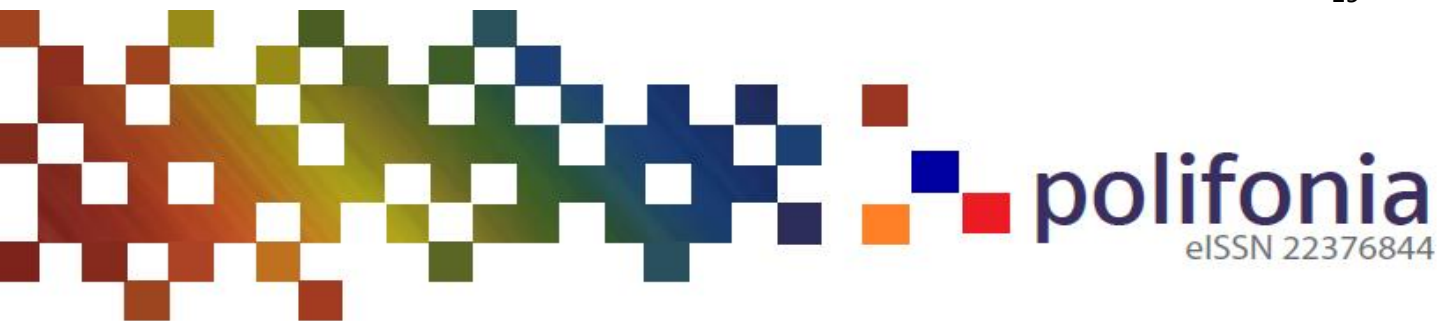


de aula de língua como prática estigmatizada; ii) a situação linguística dos migrantes no Brasil; iii) e as práticas linguísticas de *drag queens*, esta última, a situação de um grupo cujas práticas são no mínimo duplamente estigmatizadas. O falante é nosso ponto de partida e de chegada para o entendimento de *translanguaging*. Por se tratar justamente de “processos multimodais” e de “criação, recriação e expansão de repertórios”, não há como discutir tal conceito sem discutir quem é o bilíngue e como ele performa, negocia ou mobiliza seu conhecimento linguístico.

Compreendemos o “bilíngue” como o falante sujeito de suas performances e de suas experiências de vida. É neste falante, o bilíngue, que acontecem os contatos entre línguas e culturas. Defendemos como “língua” a materialidade dos códigos ou, tal como propõem Ricardo Otheguy, Ofélia García e Wallis Reid (2015), “*named languages*” (línguas nomeadas), os aspectos cognitivos de compreensão e elaboração linguística, e as práticas sociais localmente situadas.

O que é visível na forma escrita ou oral é a materialidade linguística, o que concerne aos códigos ou às línguas politicamente definidas. Tal materialidade existe e não é ponto de contestação ou estudo aqui. Reafirmamos que tal materialidade pode ser categorizada, detalhada e estudada em seus aspectos particulares ou combinados. Em relação aos processos cognitivos, da mesma forma, são incontestáveis e a linguística cognitiva busca entender os mecanismos de aquisição e aprendizagem das línguas como sistemas.

Translanguaging, como o próprio termo sugere, é para além (indicado pelo prefixo *trans*) das línguas como códigos. *Translanguaging* envolve processos autorais negociados, dialógicos e está sujeito às disposições localmente estabelecidas. Acreditamos ser possível estudar esses processos multimodais em seus componentes cognitivos, mas não precisamos conhecer tais processos para sabermos que não seguem padrões, categorias ou modelos, e que são particulares de cada falante. Argumentamos que quanto mais exposto a diferentes *input* linguísticos, mais recursos terá o bilíngue para escolher caminhos e formas de interação na sociedade; mais possibilidades terá de agência no mundo porque maior será a justiça cognitiva (SOUSA SANTOS, 2018) em que estará inserido e atuante. É dessa justiça social que estamos falando.



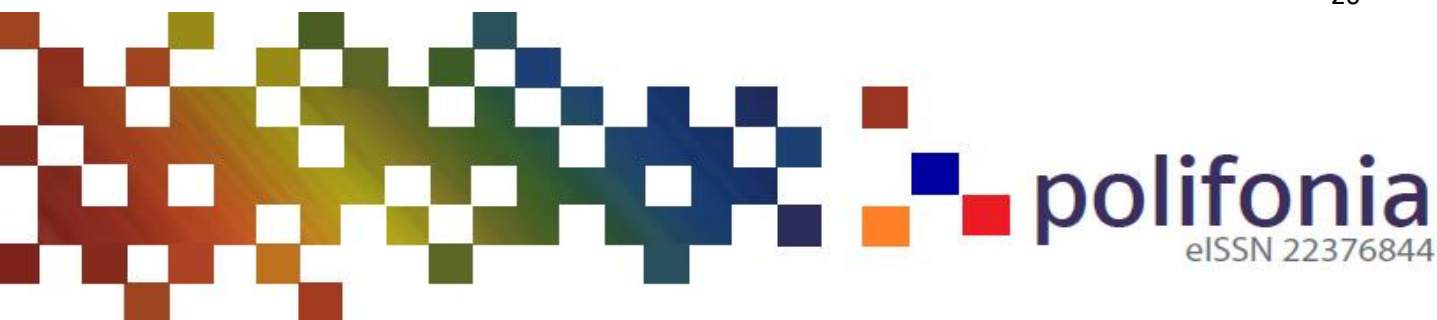
Partindo dessa premissa, podemos afirmar que *translanguaging* está diretamente relacionado a multiletramento:

Multiletramento, a habilidade de compreender e analisar diferentes modos na comunicação - não somente ler textos, mas também ler outros modos tais como som e imagem, e de forma mais importante compreender como os diferentes modos são colocados juntos para criar significado - é um componente crucial para a perspectiva semiótica social na multimodalidade (LI WEI, p. x. 2017).³

Concordamos com Li Wei quando afirma que o falante mobiliza diferentes modos para criar e negociar significados e entendimentos de forma a interagir socialmente. Nesse sentido, o conceito de multiletramento parte da noção de língua como “prática social” (HANKS, 2008). Ou seja, mais uma vez é destacado o entendimento de língua como processo ou ação que envolve, mas não se reduz a sua estrutura. Argumentamos em favor de reconhecer que o contato linguístico no falante pode ser entre dois ou mais códigos, independentemente se tais códigos referem-se a diferentes *named languages* ou a uma única *named language*. Em outras palavras, como é no falante que acontecem os encontros/contatos entre línguas, linguagens e expressões culturais que irão compor seus repertórios, para nós o falante será sempre um “bilíngue” e com possibilidade de *translinguar* nas suas experiências vividas, ou seja, performar recursos do seu repertório linguísticos que não estejam socialmente associados a uma mesma língua socialmente construída”. O que queremos dizer aqui é que o falante *translíngua* por meio de diferentes línguas enquanto entidades políticas ou por meio de uma única dessas línguas. Ou seja, um falante pode ser bilíngue em uma única língua.

Não estamos advogando contra uma “variedade padrão”. A variedade padrão existe porque nasceu de uma linguística eurocêntrica que por muito tempo bastou para diagnosticar o que se habituou chamar de “uso da língua”, ou seja, língua coisificada, pronta para ser usada. Essa linguística traça, como diz Sousa Santos (2007), a linha abissal que separa os bons falantes dos maus falantes, os que “usam” a língua corretamente dos

³Multiliteracy, the ability to comprehend and analyze different modes in communication - not only to read text, but also to read other modes such as sound and image, and more importantly to understand how the different modes are put together to create meaning - is a crucial component for the social semiotic perspective on multimodality. (LI WEI, 2017, p. 22).



que “não a conhecem”. O que defendemos aqui é que as demais variedades sejam reconhecidas como partícipes e de igual importância para a constituição dos repertórios linguísticos dos falantes. Não se trata de “pular a linha abissal” demarcada eurocentricamente, pois se passarmos a advogar somente para o “outro lado” da linha, estaremos criando outra linha. O que propomos, concordando com Sousa Santos (2018) é extinguir a linha abissal que separa os falantes. É incluir os saberes negados. Isso é justiça cognitiva. Isso é justiça social.

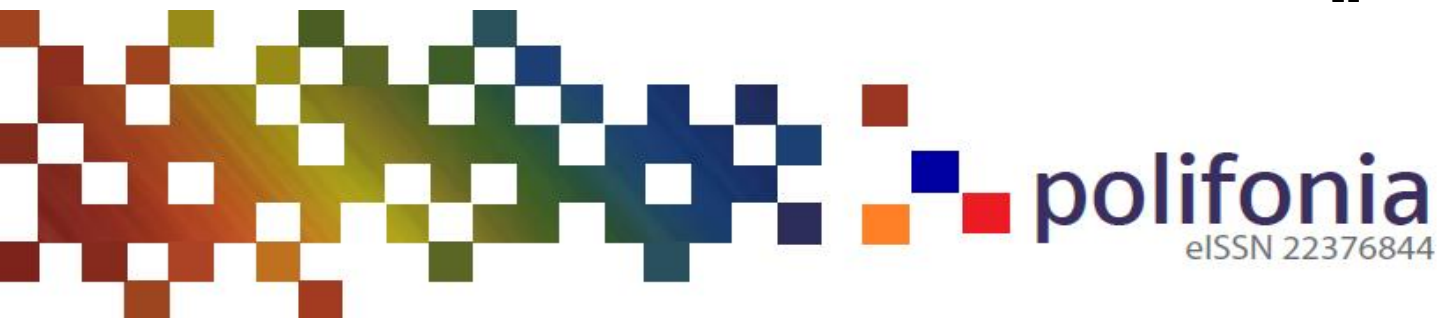
Quanto a isso, o papel da educação escolar é fundamental. É ela que pode, oficialmente, oferecer ao aprendiz o mais variado *input* linguístico associado a multiletramentos críticos e plurais. Por esse caminho, o falante terá sempre a opção de questionar, criticar e escolher recursos em seus repertórios para agir no mundo nas mais diferentes situações, pois o aprendiz saberá reconhecer os espaços multimodais de relações sociais e, conseqüentemente, optar pelos recursos linguísticos e paralinguísticos que interessá-lo, para compreender e ser compreendido, ou negociar e renegociar sentidos. Por isso defendemos que o foco do ensino de línguas seja o desenvolvimento de falantes bilíngues: dentro de um mesmo código ou em códigos diferentes.

Dessa forma é possível estudar e compreender o fenômeno *translanguaging* na sala de aula e em todas as atividades humanas fora dela. Exemplificando alguns desses espaços e atividades humanas onde *translanguaging* está presente, este artigo discute três situações no contexto brasileiro: uma sala de aula de língua espanhola, uma situação com um comerciante imigrante e um grupo de *drag queens*.

Portunhol: redescrições em curso⁴

A educação linguística brasileira, nos últimos anos, indubitavelmente, tem vivenciado uma série de transformações, impulsionadas, sobretudo, pelos esforços de pesquisadores (FABRÍCIO, 2006; ROJO 2006; BOHN, 2013; SIGNORINI, 2013;

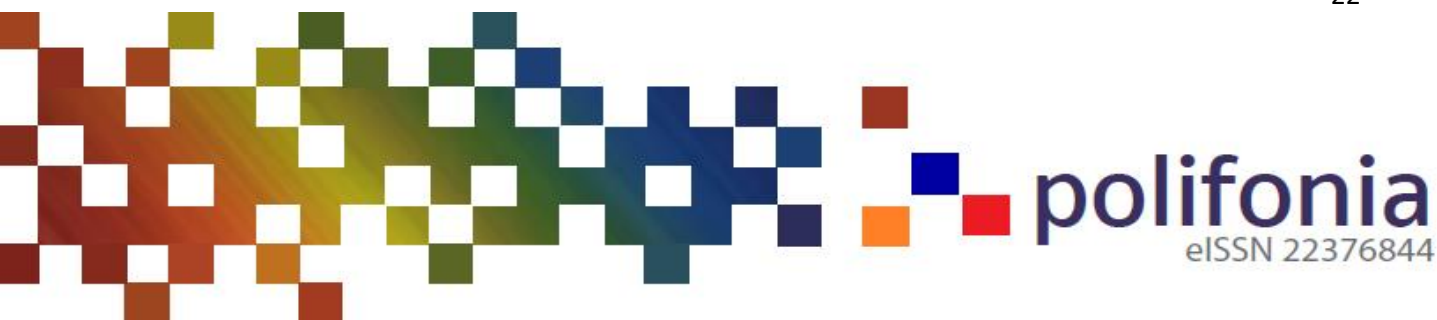
⁴ As ideias de redescrições apresentadas neste artigo filiam-se às propostas de Branca Falabella Fabrício, consubstanciadas em seu texto “Linguística Aplicada como Espaço de Desaprendizagem: Redescrições em Curso” (Fabrício, 2006, p. 25) Por isso, optamos pela analogia.



CAVALCANTI, 2013, MONTE MÓR, 2014) que buscam problematizar e ressignificar concepções extensivamente difundidas e enraizadas nos estudos da linguagem. Nesta seção, refletiremos sobre as complexas performances linguísticas de sujeitos translíngues em fase de escolarização, que se movem entre os códigos chamados de português e espanhol.

Sob a égide do capitalismo, o modelo tradicional de educação linguística, cimentado nas instituições escolares e cujas premissas apontam para ações de imposição de uniformização e de controle dos corpos (BOHN, 2013), tem promovido a subalternização de práticas de linguagem e, conseqüentemente, o apagamento das múltiplas realidades sociais e intersubjetivas dos falantes. Dessa forma, as concepções acerca da noção de língua como um sistema transparente, autossuficiente, representacional e autônomo, tal como as conhecemos, instituíram o monolinguismo como o padrão absoluto de verdade. As máximas do purismo e da separação total das línguas foram, então, solidificadas à sombra da idealização de uma língua nacional confinada a um território geograficamente delimitado, somada à ideia de uma comunidade imaginariamente homogênea. Essas premissas elementares deram origem, assim, ao mito do monolinguismo e apontam, até os dias atuais, para a poetização de determinados construtos, a saber, a imagem de autoridade do falante nativo e a dicotomia língua materna-língua estrangeira. Ao mesmo tempo em que servia aos ideais do nacionalismo, a ideia de monolinguismo criou um conjunto de mecanismos político-ideológicos que culminam, ainda hoje, em ações arbitrárias de controle e de manutenção de estigmas e de exclusão social.

Temos vivenciado novos padrões de atividade global (BLOMMAERT, 2010). A celeridade, a intensificação dos contatos linguísticos em todo o globo, a emergência das novas tecnologias e os trânsitos de textos, discursos e pessoas potencializaram os diferentes tipos de laços existentes, entre eles, o econômico, o social, o cultural e o linguístico. Nesse contexto difuso, marcado pelas imbricações identitárias, a complexidade, a recursividade e a dinamicidade das performances de linguagem que emergem das fricções dos repertórios linguísticos chamam-nos a atenção por desmantelarem a concepção de língua forjada no âmago de uma linguística modernista



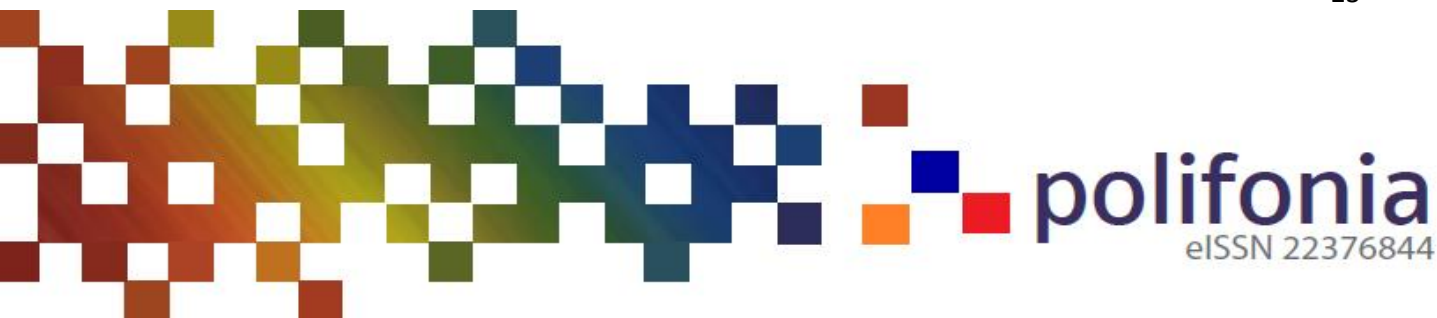
(MOITA LOPES, 2013). Concepção essa que, ao promover a abjunção entre língua e prática social, não alcança compreender as trocas que ininterruptamente constituem e ampliam os repertórios linguísticos dos falantes.

A imagem abaixo, que ganhou as redes no ano de 2018, é parte de uma série de publicações de Ana, uma estudante do primeiro ano do ensino médio, de uma escola pública de periferia no estado de Minas Gerais, Brasil. Ela é exemplo das práticas que desacreditam a ideia de que as línguas são independentes dos falantes.



Em oposição às ideias totalizantes, as práticas de linguagem de Ana chamam-nos a atenção pela dinamicidade e fluidez. Argumentamos que nesta postagem Ana lança mão das *named languages*, espanhol e português, para construir seus próprios recursos linguísticos, tecendo-os em uma complexa teia – tradicionalmente denominada *portunhol*. De acordo com Zolin-Vesz (2014), o fenômeno *portunhol*⁵ tem sido

⁵ No que diz respeito às práticas de linguagem que apresentamos nessa seção, como já destacamos em Fernandes e Salgado (2020), numa ótica orientada por uma visão monolíngue, somos levados a acreditar que a estudante realiza uma tradução literal da uma expressão que ganhou eco no Brasil, no ano de 2020, com a canção de MC Mirella. Tal ideia consiste em assumir que essas performances são constituídas apenas de “traços” reconhecidos, estruturalmente, como pertencentes à língua espanhola, como a ditongação e o elemento lexical “bién”, ambos associados a uma expressão que surge no âmbito daquilo que se convencionou denominar língua portuguesa. Nossa defesa assume, no entanto, que, para além do reconhecimento desses elementos estruturais, é preciso considerar a complexidade social, agentiva e subjetiva que constituem essas práticas de linguagem, próprias de um repertório idiossincrático. Em outras palavras, estamos argumentando que *portunhol*, como são denominadas arbitrariamente essas práticas, não



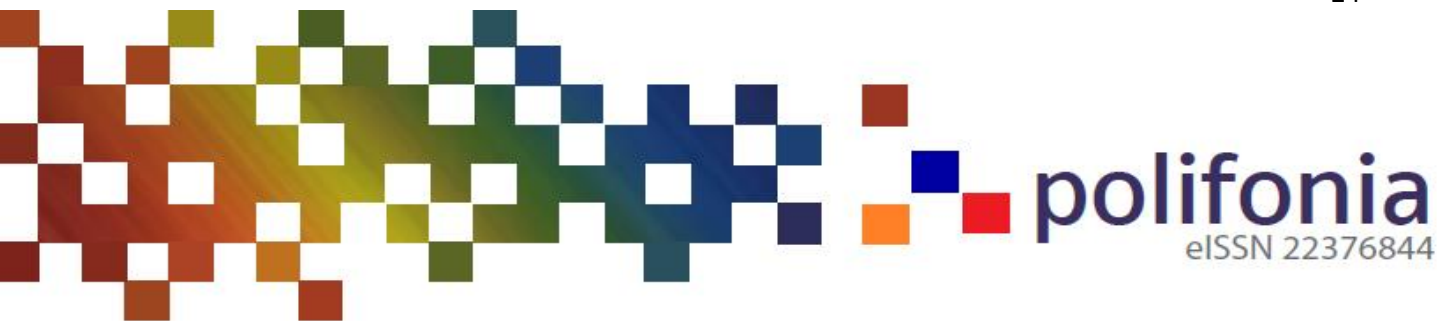
ostensivamente estigmatizado, uma vez que é entendido amplamente como uma amalgamação, um domínio insuficiente dos códigos. Entendemos que em contextos cada vez mais plurais, sujeitos de linguagem precisam lidar constantemente com a imprevisibilidade, a negociabilidade e a fluidez das interações comunicativas.

O que vemos são práticas de linguagem que produzem movimentos de ruptura com categorias rigorosamente estabelecidas, dando vazão à criatividade e à agência de outras condições de existência no mundo. Por esse espectro, argumentamos que as performances linguísticas de Ana e seu conjunto multissemiótico de recursos constituem uma autorrepresentação que ocorre na e pela linguagem. Os rearranjos que emergem de seu repertório só podem ser significados sob uma ótica biográfica, pois suas performances – que são multimodais – são constituídas não apenas por recursos desses dois códigos – o português e o espanhol – mas, sobretudo, por outros individualmente incorporados durante sua trajetória de vida.

Não obstante, essa forma de compreensão da linguagem parece desafiar a normatividade linguística impingida coercivamente em novos corpos. Por isso, propomos deslocar o olhar da noção imperialista de língua para a concepção de repertório linguístico (BUSCH, 2015). Acreditamos que ao defendermos a noção de língua como repertório estamos partindo não da perspectiva política do Estado-Nação, mas da perspectiva individual dos falantes. Por isso, ecoamos as palavras de Nascimento (2019) para dizer que as reflexões que propomos neste trabalho:

[...] filiam-se às posturas teórico-analíticas críticas que refutam a ideia moderna de língua como entidade estável, discreta, delimitável, nomeável, enumerável e regimes metadiscursivos a ela associados, como uma invenção, cujas origens epistemológicas remontam aos projetos cristãos/coloniais e nacionalistas eurocentrados, implementados como estratégia de

é apenas um aglomerado ou uma simples junção de elementos fonológicos, gramaticais, estruturais, mas uma prática fluida, processual, local, que desconhece as barreiras linguísticas impostas aos falantes pelos estudos tradicionais, pela tradição, desconhecadora da mobilidade, que insiste em considerar as “línguas” como elementos estáticos. Por esse prisma, ao convidarmos nossos leitores a deslocar a ideia de *portunhol* para *translanguaging*, estamos reconhecendo que essas performances, para além da “fusão de códigos”, reflete um conjunto de recursos que foram incorporados, assimilados, combinados e agenciados por Ana, numa performance que negocia e produz sentidos dinâmicos e locais, dando vazão à sua identidade bilíngue, à sua voz no mundo, ao seu repertório biográfico, um repertório translíngue.



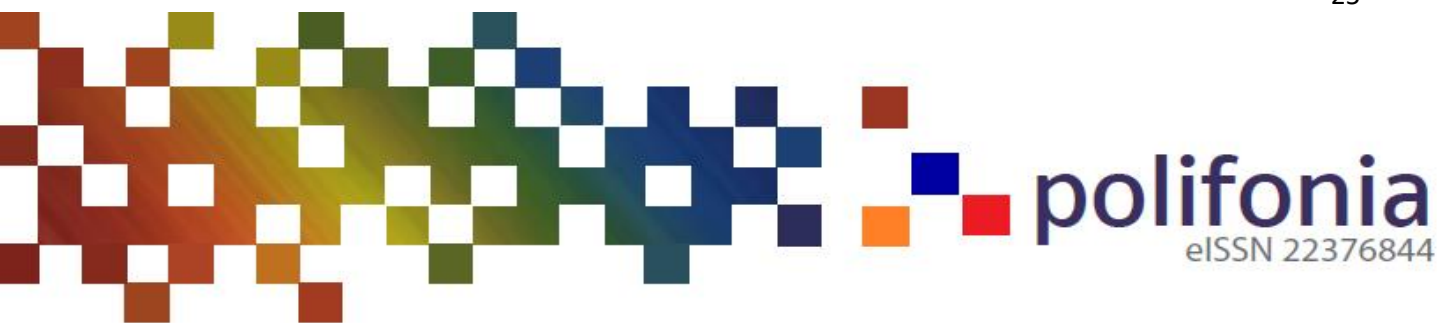
governabilidade de territórios, corpos e experiências colonizados (MAKONI & MEINHOF, 2006; MAKONI & PENNYCOOK, 2007 *apud* NASCIMENTO, 2019, p.5).

À luz da crítica pós-estruturalista e na tentativa de compreender a heterogeneidade e a complexidade das indexicalidades que emergem no post da estudante de língua espanhola, que nos serve para reflexão, a noção de repertório revela-se muitíssimo profícua. Isso porque a concebemos fundamentalmente como um conjunto emergente de recursos que são combinados e recriados criativamente pelos falantes em contextos situados, o que realça a dinamicidade das práticas de linguagem.

Esse olhar alternativo sobre as práticas comunicativas, além de ressignificar ideologias coloniais de linguagem, nos permite perceber outras dimensões envolvidas nos processos de *linguaging*, o que destitui o estado de normalização do discurso hegemônico, deslocando-o para uma perspectiva de legitimação das práticas consideradas desviantes. Sobre esse entendimento, Busch (2015) assegura que:

[...] o que interessa nesse conceito não é o modo pelo qual as habilidades linguísticas são adquiridas e acumuladas ao longo do tempo pelo sujeito; ao invés disso, a expectativa é de que seja possível o resgate de como, por meio de experiências emocionais e corporais, situações dramáticas ou recorrentes de interações com o Outro se tornaram parte do repertório linguístico do sujeito, seja devido a atitudes linguísticas implícitas ou explícitas e a padrões habituais de práticas linguísticas (BUSCH, 2015, p.11).

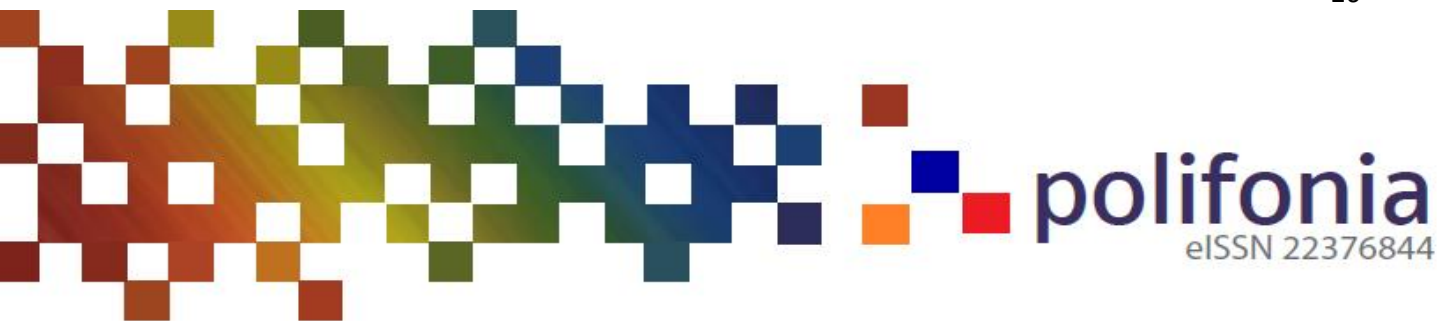
De acordo com Busch (2015), os repertórios são constituídos a partir de uma complexidade de recursos individualmente incorporados durante a trajetória de vida do falante. Isso significa dizer que o repertório é caracteristicamente biográfico e consubstancia, portanto, as experiências vividas da língua – o que a autora chama de *spracherleben*. Defendemos que a postagem de Ana, o que denominamos de autorrepresentação, consubstancia uma série de indexicais que apontam para a trajetória de incorporação, assimilação e rearranjo de recursos. Em outras palavras, para além de seus conhecimentos sobre os códigos, suas práticas de linguagem refletem sua história de vida, suas experiências, seus sentimentos, seus movimentos de construção identitária, suas experiências na e com a linguagem.



Todos esses coeficientes que, em princípio, não aparecem materializados nas práticas de linguagem da estudante, compõem um complexo e ininterrupto processo de apropriação e assimilação dos recursos linguísticos e, da mesma forma, transbordam as experiências corpóreas de Ana, suas crenças, suas vivências, sua identidade multifacetada. Assim, podemos dizer que no que diz respeito aos recursos disponíveis que constituem os repertórios dos falantes, para além da normatividade, a perspectiva de língua como prática (PENNYCOOK, 2010) nos permite compreender que sua complexidade e sua disponibilidade são remodeladas de acordo com a inserção dos falantes nos diversos espaços comunicativos. Daí dizer que os repertórios nos “permitem produzir imagens de nós mesmos/as, apontando aos/às interlocutores/as os enquadres nos quais queremos que nossos significados sejam situados” (NASCIMENTO, 2019, p.7). Nessa lógica, a prática de *portunhol* que emerge em nosso contexto de prática revela “itinerários sociais e culturais seguidos pelas pessoas, como elas os manobraram e neles navegaram e como elas se colocaram nas variadas arenas em que habitaram ou que visitaram em suas vidas” (BLOMMAERT e BACKUS, 2013, p. 28, *apud* NASCIMENTO, 2019, p.7).

Nessa perspectiva, entendemos que o fenômeno *portunhol*, socialmente estigmatizado, emerge nas imbricações delimitadas pelo monolinguismo. Por isso, deslocamos esse olhar estático das práticas de linguagem para uma abordagem mais dinâmica. A noção de *translanguaging* que defendemos neste texto, pelo seu próprio caráter processual, nos oferece um olhar alternativo para as práticas de linguagem em contextos bilíngues. Aqui, as performances de Ana, materializadas no fenômeno *portunhol*, são entendidas sob a ótica da potencialidade. Assim, a diversidade de recursos que produz momentos de *portunhol*, ou em outras palavras, *translanguaging*, demonstram a permeabilidade das línguas.

Como já explicitamos, para além das práticas de linguagem materializadas nas mesclas dos códigos, no *portunhol*, o conjunto multisemiótico que constitui a postagem, isto é, o cabelo, o olhar, a pose, a forma de se vestir, a disposição espacial e as cores precisam ser discutidos sob as lentes dos estudos sociolinguísticos, uma vez que as



práticas de linguagem emergem sempre em um continuum de fricções de repertórios individuais que são constantemente performados a partir de ações e relações sociais.

Acreditamos, por fim, que o olhar colonial, que impera nos estudos hispânicos no Brasil, tem perpetuado desigualdades e silenciado as vozes criativas de sujeitos translíngues deva dar lugar a uma educação linguística que promova a justiça social. Nesse sentido, nossa proposta ecoa as vozes de Paulo Freire (1967) quando advoga por uma prática educativa libertadora que tenciona e descalcifica os sistemas de saberes engendrados pela lógica da colonialidade/modernidade (GROSGUÉL, 2006; MIGNOLO, 2003).

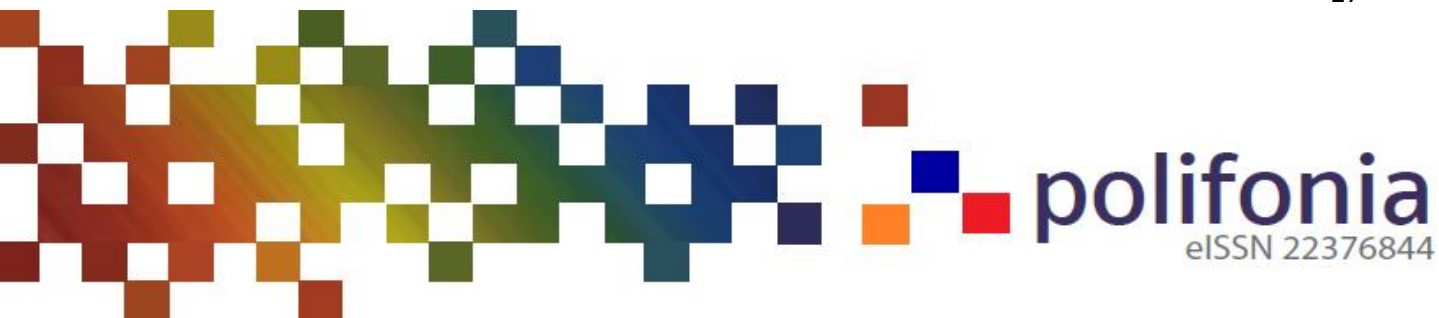
As práticas translíngues e ações de acolhimento a migrantes forçados no Brasil

Pensar a migração é retomar os fundamentos da humanidade que, por necessidade ou busca ou formação de si mesma, sempre migrou e continua a migrar. Esses trânsitos globais têm se mantido como um dos principais propulsores da constituição das sociedades do mundo. Nos últimos anos, a mobilidade humana ao redor do mundo cresceu exponencialmente, não apenas pelo avanço das tecnologias de transporte, mas também por questões políticas e governamentais de grande impacto. Isso pode ser notado, entre outros aspectos, pela evidente mudança na paisagem linguística das cidades (SHOHAMY et al. 2010), visível em placas, cinemas, barraquinhas, lojas, restaurantes e demais instâncias da vida cotidiana.

Em face dessas modificações, a sociedade atual politicamente organizada recorre a conceitos estigmatizantes como migrante, imigrante legal e imigrante ilegal, refugiado, entre outros, que carregam estereótipos, sugerindo a existência de “identidades” homogeneizadas, apagando a subjetividade, ou mesmo a coletividade cidadã, detentora de direitos.

Segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)⁶ o Brasil possuía 161,057 mil solicitações de reconhecimento de condição de refúgio em trâmite no ano de

⁶ Fonte: www.justica.gov.br/conare.



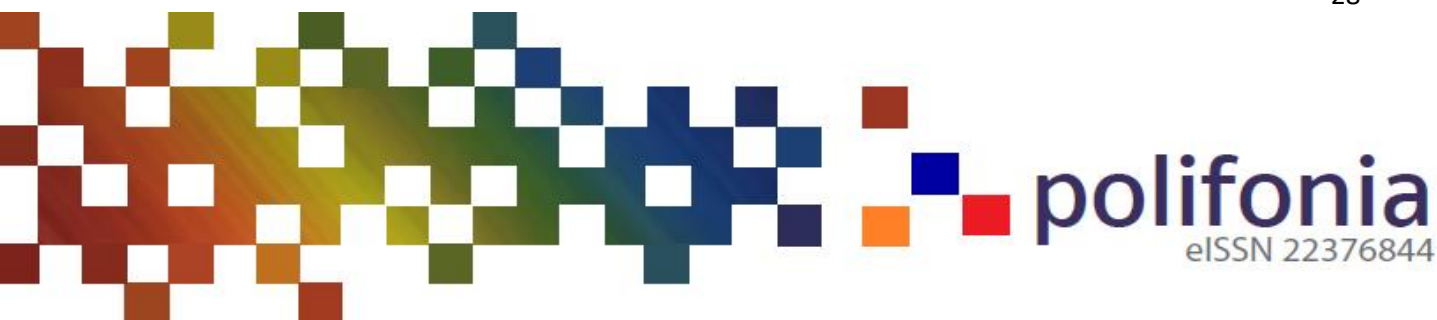
2018 e, no ano consecutivo, 21.515 mil pessoas já reconhecidas como refugiadas. Em nível mundial, vivemos a época de maior índice de deslocamento de pessoas já registrado desde a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur) em 1950. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 70 milhões de pessoas se encontram deslocadas, sendo aproximadamente 26 milhões já reconhecidas oficialmente como refugiadas até 2018.

Embora muitas pesquisas sobre o impacto do trânsito humano sobre as línguas e a aquisição de línguas tenham gerado discussões sobre ensino de língua estrangeira, língua de acolhimento, português como língua estrangeira, português para fins específicos, dentre outros, a ideia de uma “Língua de Acolhimento” ou de um “Acolhimento Linguístico” não parece responder nem sustentar a defesa de uma justiça social pela linguagem. Nesse sentido, assumindo as relações de colonialidade que constituem tais ideias socialmente estabelecidas, o objetivo desta discussão é indagar acerca das ideologias que permeiam o contexto sociolinguístico que envolve o refúgio no Brasil, a fim de repensar estratégias de estudo de práticas linguísticas que possam promover tal justiça social.

É comum que o migrante, ao chegar no novo país, inicie um processo, por vezes agressivo, de compreensão linguística de si mesmo e daquilo que está ao seu redor. Acerca disso, Busch (2015) afirma:

Realocar o centro da vida de alguém, dentro de um país ou de um país ou continente para outro, sempre significa uma mudança no mundo de sua vida e no ambiente linguístico com cujas práticas, discursos e regras ele está familiarizado. Sob condições favoráveis, tal tipo de mudança pode ser experienciada como um desafio, abrindo novos horizontes e novas oportunidades de se reinventar como um (falante) sujeito. Sob condições menos favoráveis, entretanto, mudar de local e língua pode ser também experienciado com uma dificuldade ou como uma fonte de contínuo estresse emocional - por vezes levando ao trauma ou à evocação de experiências traumáticas anteriores (BUSCH, 2015, p. 1).⁷

⁷ Relocating the center of one’s life, within a country, or from one country or continent to another, always means a change both in the life world (Lebenswelt) and in the linguistic environment with whose practices, discourses, and rules one is familiar. Under favorable conditions, this kind of change can be experienced as a challenge, opening up new horizons and new opportunities to reinvent oneself as a (speaking) subject. Under less favorable conditions, however, changing location and language can also be experienced as a



Uma das ideologias dominantes nesse contexto de refúgio é a da promessa de reconhecimento e ascensão social, de acordo com a qual, se o falante aprende a nova *named language*, ele deixará de ser reconhecido como um indivíduo de status socialmente inferior. Este falante, no novo país, é levado a acreditar que a aquisição do novo código e o abandono do código linguístico que traz consigo para a nova etapa de vida, trará sucesso social e profissional, uma vez que sua condição de imigrante ficaria oculta e sua inserção social, garantida. Contudo, não é possível apagar um repertório linguístico individual posto que é a vida social, histórica e política do falante (BLOMMAERT, 2008).

Outra questão ideológica, também presente na sociedade brasileira, que subjaz à questão linguística das pessoas em trânsito forçado que chegam ao Brasil, especificamente, é a ligação com seu país de origem. Aquelas pessoas cujas origens são relacionadas à Europa e à América do Norte, são geralmente referidas como "gringos" (entendendo que a palavra gringo pode acionar características físicas de pessoas brancas e de suposto alto poder aquisitivo).

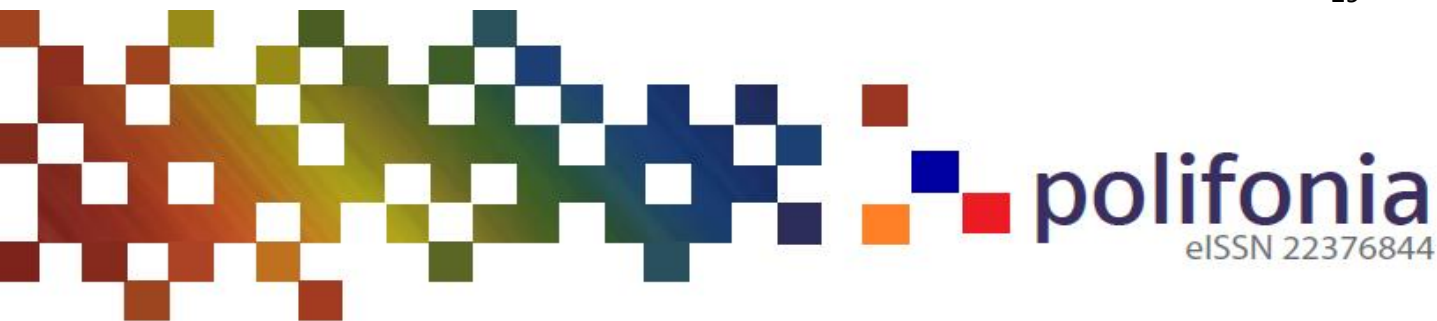
As diferentes mídias brasileiras noticiam diariamente situações de mal-estar, confronto e desrespeito envolvendo pessoas que chegam de outros países do mundo para se estabelecerem no Brasil. Tomemos o caso ocorrido em Copacabana/RJ em 2017, com um vendedor sírio, cujas imagens dominaram as redes sociais:

Nas imagens é possível ver um homem com dois pedaços de madeira nas mãos gritando: "saia do meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bombas que mataram, esquartejaram crianças, adolescentes. São miseráveis". Adiante no vídeo, ele ainda fala: "Essa terra aqui é nossa. Não vai tomar nosso lugar não".

Os comerciantes chegam a derrubar a mercadoria de Mohamed no chão, que pergunta o motivo da agressão. Os homens, então, falam novamente para ele sair do Brasil. Mohamed está no Brasil há três anos e estava trabalhando na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a Rua Santa Clara na sexta-feira, quando tudo aconteceu.

— Eu não entendi muito bem porque ele veio brigar comigo. De repente ele começou a gritar e me pedir para sair. Ele falava muito rápido e não consegui compreender algumas coisas. Outras pessoas que estavam traduzindo para

hardship or as a source of ongoing emotional stress — sometimes even leading to traumatization or to invoking earlier traumatic experience (BUSCH, 2015, p. 1).



mim. Sei que ele falou que os muçulmanos estavam invadindo o país e falando de homens-bomba. Não esperava que isso pudesse acontecer comigo. Vim para o Brasil porque a guerra me fez vir para cá. Vim com amor, porque os amigos sempre diziam que o Brasil aceita muito outras culturas e religiões, e as pessoas são amáveis e todos os refugiados procuram paz. Não sou terrorista, se eu fosse, eu não estaria aqui, estaria lá — disse.⁸

Mesmo que ele tivesse conhecimento da língua portuguesa, enquanto código, atendesse os clientes em português, possuísse uma barrquinha com nome em português, ele foi alvo de ataques racistas por outros vendedores ambulantes, que, sob o pretexto de que não queriam que ele ficasse naquele ponto de vendas, em virtude de uma organização pré-estabelecida de lugares para venda, o atacaram verbalmente e fisicamente.

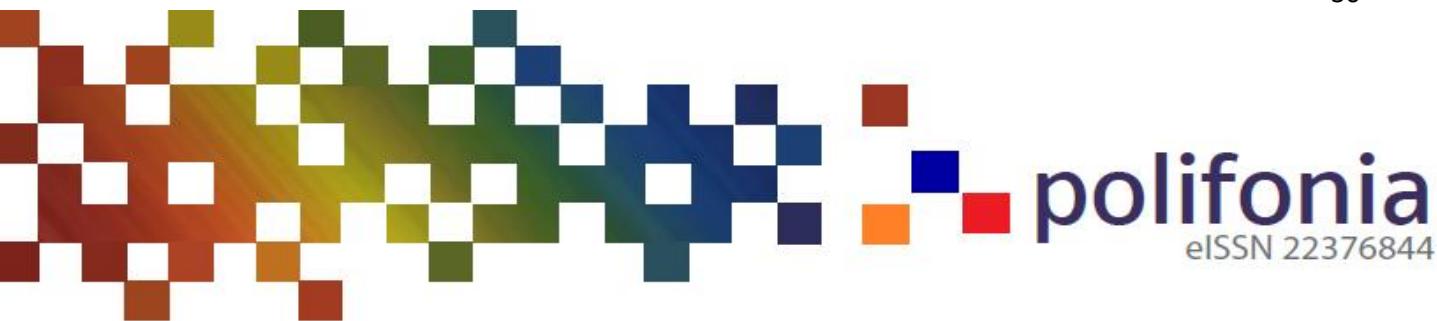
A prática linguística dele, ainda que siga o padrão estabelecido, não será aceita, porque a performance desse corpo não é bem-vinda, tal como é uma performance expressa por um corpo branco, europeu, colonizador. Entre os insultos, foram proferidas expressões generalizantes como “homem-bomba”, “miserável”, “assassino” e “terrorista”. Apesar de sua aparente inserção linguística, o vendedor não usufruía de acolhimento social.

Acontecimentos como esse demonstram que não há acolhimento linguístico mesmo quando o "estrangeiro" incorpora aspectos do novo código. Não é a língua que acolhe os que chegam. Em muitos casos, ela é o elemento de exclusão. O acolhimento precisa ser essencialmente social, sendo a língua parte dele.

Isso posto, parece-nos que o conceito "acolhimento linguístico" é uma falácia. O que seria tal acolhimento? Trata-se de ensinar a quem chega em um país a língua política local? O que dizer daqueles que então aprendem o novo código linguístico, mas que não usufruem do acolhimento social? O aprendizado dessa nova *named language* é mesmo garantia de respeito social?

Algumas áreas da linguística aplicada se debruçam sobre questões linguísticas e metodológicas das chamadas "línguas de acolhimento". No Brasil, são muitos os estudos sobre PLAC (Português Língua de Acolhimento) (GROSSO, 2010; CRUZ, 2017;

⁸ Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/refugiado-sirio-atacado-em-copacabana-saia-do-meu-pais-21665327>.



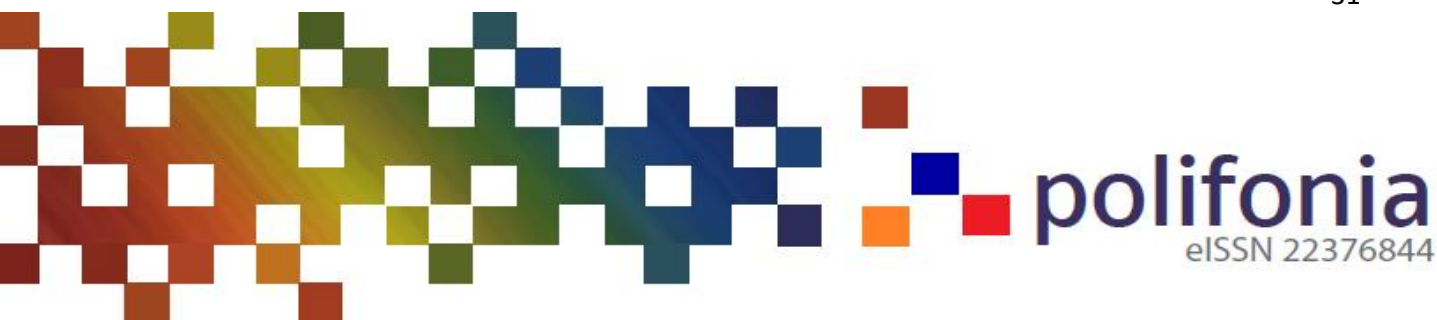
BARBOSA e SÃO BERNARDO, 2017). Da mesma forma, devem existir exercícios similares em outros países. O que argumentamos aqui é que tal acolhimento não é feito pela língua nem com ela. Defendemos que o acolhimento seja social, por meio de diferentes estratégias, sendo a linguística uma delas.

Certamente, o aspecto linguístico é relevante e de grande importância para as vivências futuras de pessoas em trânsito pelo mundo. No caso das pessoas em deslocamento forçado, que é nosso foco aqui, para que haja, de fato, uma possibilidade de justiça e acolhimento social, é preciso repensar nossa perspectiva e passar a entender todo esse fenômeno a partir do falante em sua dimensão biográfica.

Um caminho para repensarmos esse acolhimento pelo viés linguístico vem do que propõe Busch (2015) com o conceito de *Spracherleben*: a experiência vivida na e da língua. Para a linguista, a perspectiva do falante deveria ser o centro das análises para as tomadas de decisões quanto à escolha do código a ser oferecido, a ser ensinado ou a ser definido como prioritário na sua vida. Abandonar as generalizações e pensar em cada uma das pessoas deslocadas de seus países de origem, sem categorizar tais pessoas como imigrantes, refugiados ou qualquer outro pode ter um efeito mais justo para que de fato se sintam incluídos.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), a realidade social do mundo ocidental é dividida por uma linha abissal, cujos lados ele nomeia “deste lado” e “do outro lado” e destaca a impossibilidade de copresença, pois, para a prevalência do primeiro, é necessário invisibilizar o segundo. Nessas zonas invisibilizadas, encontram-se milhões de pessoas condenadas ao não alcance ou à não participação dessa sociedade civil, que as apaga e as declara como não existentes por seu olhar hegemônico, ainda que ali estejam.

Sousa Santos argumenta ainda acerca do “regresso do colonial e do colonizador”. Para ele, tal regresso é “a resposta abissal àquilo que é percebido como uma intromissão ameaçadora do colonial nas sociedades metropolitanas” (p. 78), assumindo três formas principais: a do terrorista, a do imigrante indocumentado e a do refugiado. Em oposição, entretanto, às antigas colônias, o abissal atual, também chamado abissal metropolitano, transgride ao ultrapassar as demarcações dos espaços metropolitanos, fazendo com que o “colonial” os invada ou os perpassa. Nessa perspectiva, essa intromissão precisa ser



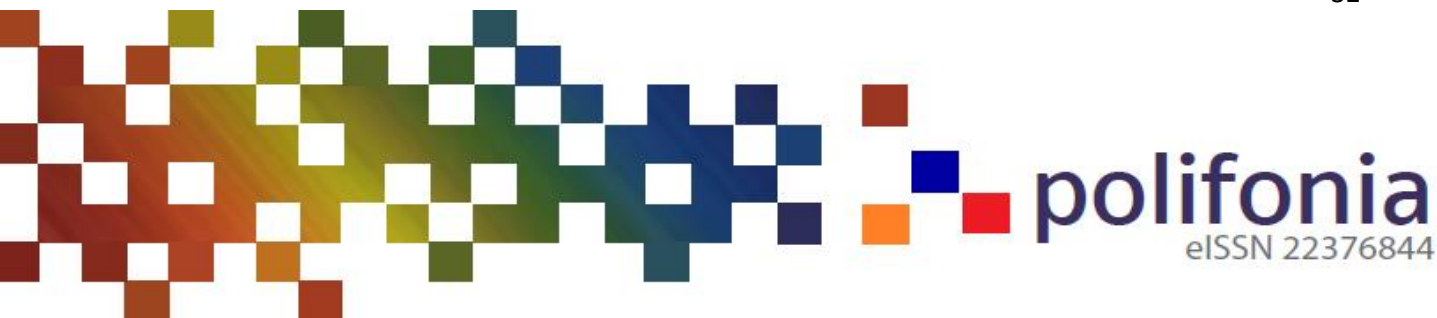
confrontada a partir da lógica da “apropriação/violência”, algo que fica muito explícito no caso do vendedor ambulante sírio em Copacabana.

Não se trata, portanto, de transformar essas pessoas nem de criar oportunidades para que compartilhem da nova sociedade. Defendemos que um acolhimento social que ensaja justiça social é aquele que reconhece a existência e a alteridade dos falantes recém envolvidos na sociedade. A perspectiva de *translanguaging* como processo que envolve repertórios linguísticos, e não “línguas”, que temos defendido até aqui, parece ser um caminho possível para o reconhecimento dessa alteridade. Isso é a garantia dos Direitos Humanos, do Direito Linguístico de cada pessoa e da copresença dos corpos.

Repertórios transgressivos: as performances de drag queens

Discutir sobre as relações entre linguagem, gênero e sexualidade não é novidade no campo da Linguística Aplicada no Brasil. Essa discussão tem sido alocada, principalmente, no espaço educacional, em que os estudos *Queer* (LOURO LOPES, 2016; MOITA LOPES, 2013) servem de arcabouço para repensar práticas de ensino de línguas e formação de professores, buscando a movimentação de sentidos e o trabalho com multiletramento crítico.

Nossa proposta é ampliar essa discussão e deslocá-la do contexto institucional da sala de aula para outros espaços sociais, não institucionalizados. Para tanto, pretende-se traçar possíveis relações entre repertórios bibliográficos (BUSCH, 2015), *translanguaging* (GARCÍA & LI WEI, 2014), gênero e sexualidade (BUTLER, 2017) e a performance drag sob a perspectiva de uma epistemologia do Sul (SANTOS & MENESES, 2010). Antes de discutirmos as concepções que permeiam a proposta desta seção, é importante compreender a perspectiva ideológica que orientará nossas reflexões. Entendemos que, para refletir sobre a performance drag, que por anos a fio foi rejeitada, invisibilizada e marginalizada por epistemologias hegemônicas, é necessário pensarmos um caminho alternativo, que vá além de linhas abissais (SOUSA SANTOS, 2007). Segundo Boaventura de Souza Santos (2007), para enfrentar o pensamento abissal, que



para o autor ordena as sociedades e as estruturas do pensamento moderno ocidental, será necessário:

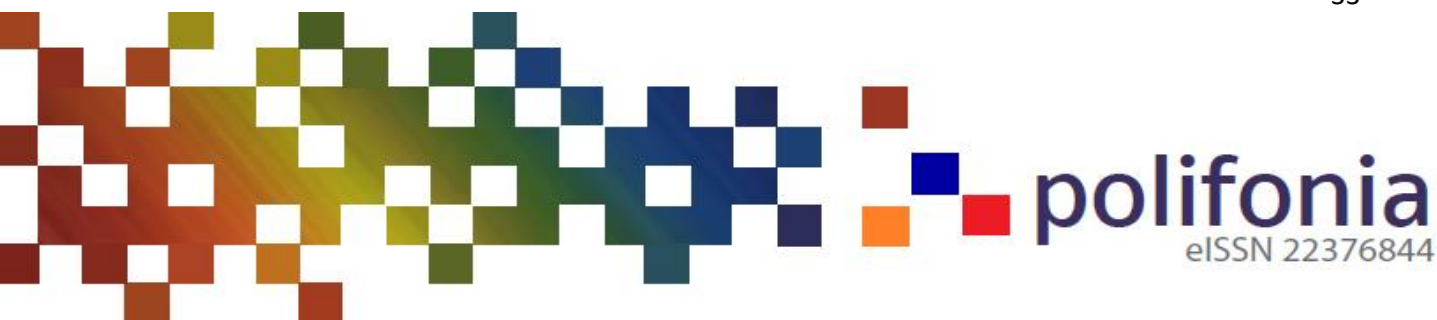
[...] situarmos nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistemático e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo. O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul (SOUSA SANTOS, 2007, p. 85).

Assim, compreendendo a necessidade de pensarmos performances invisibilizadas por outro viés epistemológico, assumimos as epistemologias do Sul e pensamento decolonial como um caminho para reflexão de agenciamentos que foram oprimidos e silenciados pela ordem hegemônica e racionalidade moderna. O paradigma decolonial, conforme de Souza Santos (2018), contesta a naturalização da inferiorização da alteridade e da despolitização do mundo. Propondo a emancipação econômica e epistêmica dos povos colonizados, a decolonização tem como fundamento a libertação materializada no direito inalienável de um povo ter sua própria história, tomando decisões com base em suas realidades locais e em suas experiências/vivências.

As epistemologias do Sul para Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2010) são um conjunto de intervenções epistemológicas que buscam reconhecer e validar o conhecimento produzido por pessoas que têm sofrido, sistematicamente, opressão, exclusão, dominação e injustiças causadas pelo eurocentrismo, pelo capitalismo, pela colonialidade⁹ e pelo patriarcado. Além disso, as epistemologias do Sul denunciam essas supressões e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos.

Para refletir sobre a performance drag é preciso primeiro entender as questões que permeiam o conceito de gênero. Segundo Oyewúmi (2020), o gênero é como uma ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira

⁹ Conforme Aníbal Quijano (2010), colonialidade é um conceito vinculado ao colonialismo, referindo-se a uma outra face do eurocentrismo, resultado da manutenção das relações coloniais e do processo de dominação/exploração. A colonialidade relaciona-se com as formas de dominação após o fim das administrações coloniais metropolitanas, ou seja, após o fim do esquema territorial de colônias e metrópoles.



binária (homem/mulher). O gênero, portanto, seria uma criação/invenção, assim como a racialização, para controle e opressão dos corpos.

María Lugones (2020) destaca que, com a expansão do colonialismo europeu, categorias de gênero e raça foram impostas à população, de forma que foram criadas diferenças de gênero onde não havia nenhuma e reforçados padrões binários hierárquicos. Ainda segundo a autora, essa classificação é “a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial” (p. 62).

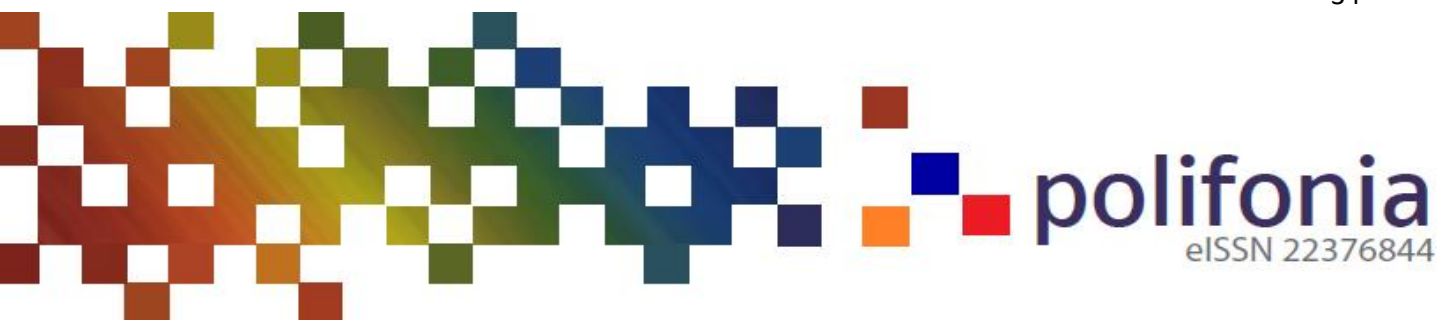
Uma vez que as categorias de gênero foram inventadas pela colonialidade e pelo eurocentrismo, é preciso destacar que será defendida uma concepção de gênero que se afasta desse sistema moderno/colonial de gênero, em que a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade compulsória e o patriarcado estão inscritos em seu significado (LUGONES, 2020). É nesse sentido que pensar sob a perspectiva das Epistemologias do Sul será fundamental para (re)pensar performances de gênero que não se conformam com as normas de gêneros impostas pela colonialidade do poder¹⁰.

Assim como a categorização de gênero trata-se de uma criação/invenção colonial moderna, Makoni e Pennycook (2015) defendem que as línguas, como categorias separáveis e enumeráveis, são invenções que atendem a um propósito colonizador cristão:

Começamos com a premissa de que as línguas são invenções. [...] juntamente com a invenção das línguas, uma ideologia de línguas como categorias separáveis e enumeráveis também foi criada. Trata-se de uma ideologia fundamentada em uma visão nominal de língua. [...] as línguas são vistas como instituições, uma visão reforçada pela existência de gramáticas e dicionários [...] **precisamos desinventar e reconstruir as línguas**” (MAKONI & PENNYCOOK, 2015, p. 11; sem destaque no original).

Partindo, portanto, da concepção de que as línguas como unidades separáveis consistem em uma ficção que atende a propósitos de dominação e normatização, dispomo-nos ao desafio de repensar como certas práticas linguísticas são interpretadas. Nesse sentido, o conceito “*Spracherleben*” – a experiência vivida da/na língua –, de

¹⁰ Quijano compreende que o poder é uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito entre atores sociais que disputam pelo controle de meios de existência social. Dessa forma, segundo Quijano a colonialidade do poder refere-se à imposição de uma classificação social cujos resultados configuram-se na distribuição do poder centrado em relações de exploração e dominação, bem como controle social.



Brigitta Busch (2015), auxilia-nos a pensar uma perspectiva de língua que privilegie a experiência subjetiva do falante, uma vez que valoriza a dimensão corporal e emocional da interação intersubjetiva, compreendendo que as línguas são elementos de um repertório multimodal performadas pelos falantes.

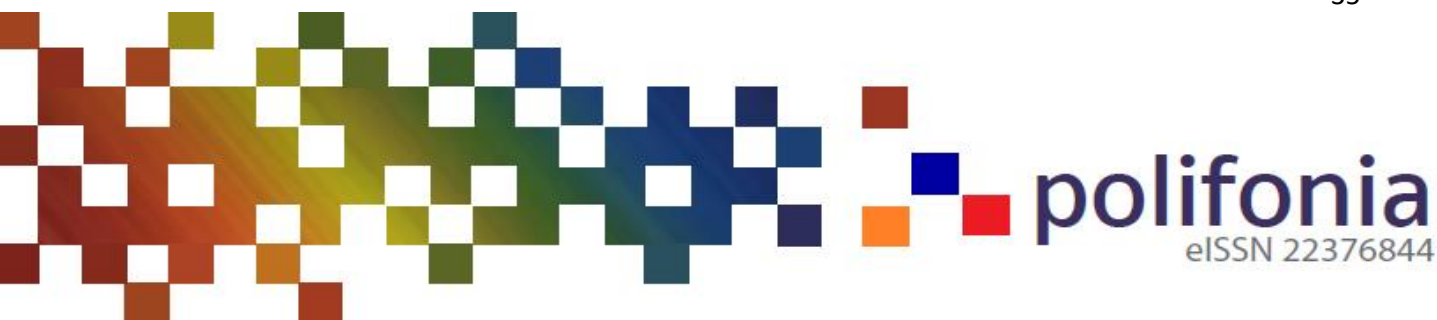
Por meio desse conceito, a autora amplia a noção de repertório, descrevendo-o como uma abordagem que privilegia a dimensão biográfica. Dessa forma, o repertório linguístico, além de englobar as experiências linguísticas vividas (e não vividas) em nosso passado e os espaços que ocupamos como falantes, projeta e antecipa situações futuras, preparando-nos para possíveis eventos ou situações de interação com o outro:

Na minha conceitualização de repertório linguístico eu assumo uma proposta que sugere complementar a perspectiva da primeira pessoa baseado em narrativas biográficas. Eu não compreendo o falante como um indivíduo que age independentemente, mas, em um movimento pós-estrutural, como um sujeito formado pelo e no discurso, eu entendo que o repertório não é algo que o indivíduo possua, mas formado e adotado em processos locais de intersubjetividades no limite entre o eu e o outro. É justamente por isso que atribuo um significado crucial ao conceito de experiência vivida na linguagem (BUSCH, 2015, p.7, tradução nossa).¹¹

Em seu texto “*Translanguaging as a Practical Theory of Language*”, Li Wei (2018) destaca que *translanguaging* não é simplesmente navegar entre as diferentes estruturas linguísticas, cognitivas e os sistemas semióticos, mas ir (e estar) além de ambos. De forma contra-hegemônica, *translanguaging* destaca a criatividade das performances linguísticas e sua habilidade de desconstruir as fronteiras entre as “*named languages*”.

[...] translanguaging constrói um espaço social para o falante, reunindo diferentes dimensões de sua história pessoal, experiência e ambientes; sua atitude, crenças e ideologias; capacidade cognitiva e física, em uma

¹¹ In my conceptualization of the linguistic repertoire I take an approach, in which I suggest complementing the third person perspective by a first person perspective based on biographical narratives. I do not understand the speaker as an (independently acting) individual but—in a poststructuralist move—as a subject formed through and in language and discourse, and I understand the repertoire not as something the individual possesses but as formed and deployed in intersubjective processes located on the border between the self and the other. This is precisely why I attach a crucial significance to the concept of the lived experience of language (BUSCH, 2015, p.7).



performance coordenada e significativa (LI, 2011; LI e ZHU, 2013 *apud* LI WEI, 2018, tradução nossa)¹².

Desse modo, compreendemos que as ideologias linguísticas que perpassam essas teorias preocupam-se em desinventar as línguas, como unidades engessadas, categorizáveis e contabilizáveis, e reinventá-las (PENNYCOOK & MAKONI, 2015), priorizando a subjetividade do falante.

Quanto às questões de “papéis ou categorias de gênero”, Judith Butler (2017), argumentando que o gênero é uma ilusão, uma invenção definida não biologicamente, mas socialmente, um produto moldado pela reiteração e estilização de um comportamento, considera que o “gênero verdadeiro” é uma idealização ou fantasia instituída e inscrita sobre as superfícies dos corpos:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (BUTLER, 2017, p. 242).

Ao discutir o conceito de performance de gênero Butler (2017) destaca a performance de *drag queens* e *drag kings* como estilos parodísticos de gênero, que se configuram como um ato de subversão e revolução: “ao imitar o gênero, a *drag queen* revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência” (p. 237). Dessa forma, o gênero é entendido como uma performance em que não há identidades originais ou anteriores às normas de gênero, mas que a própria ação resulta na criação dessas normas, de forma que, para Judith Butler, o gênero é um “fazer”, e não um “ser”.

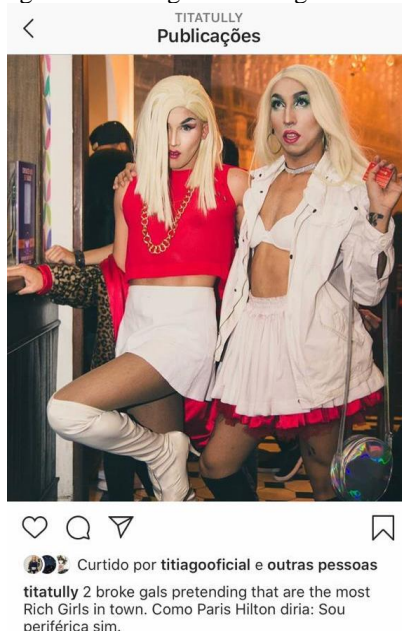
Judith Butler (2017) argumenta que o gênero é uma invenção, uma fantasia que serve para normatizar e categorizar não só nossos corpos, mas também nossas ações. De

¹² “Translanguaging creates a social space for the language user by bringing together different dimensions of their personal history, experience, and environment; their attitude, belief, and ideology; their cognitive and physical capacity, into one coordinated and meaningful performance” (LI, 2011; LI e ZHU, 2013 *apud* LI WEI, 2018).



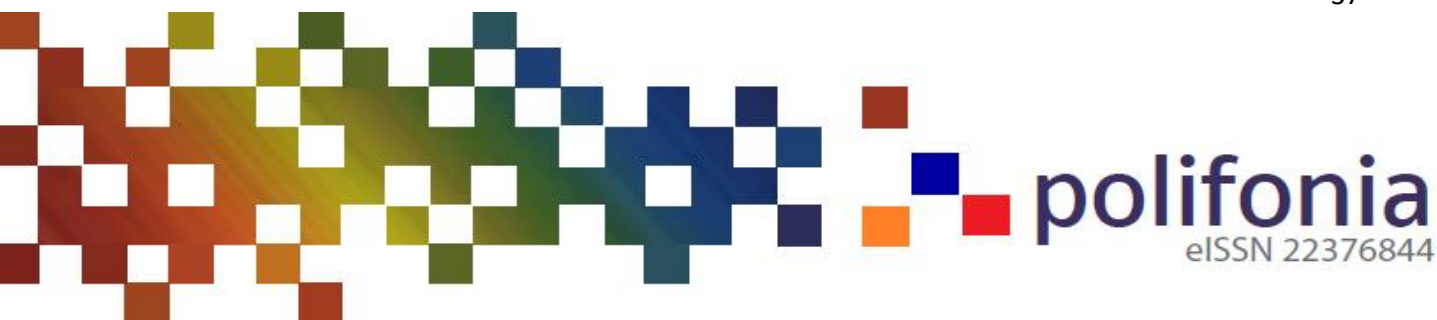
acordo com a autora, a performance *drag* desafia esse status quo, essas táticas de imposição, revelando os mecanismos que forjam a ilusão da existência de uma identidade de gênero. Feitas essas considerações, pensemos as possíveis relações que podemos traçar entre as perspectivas de língua(gem) abordadas e a performatividade dos sujeitos que se identificam como *drag*.

Figura 02: Instagram da drag TitaTully.



A figura anterior apresenta-nos a imagem de TiTaTully – ao lado de uma amiga *drag* com a legenda “2 broke gals pretending that are the most Rich Girls in town”. Como Paris Hilton diria: Sou periférica sim”. Analisando esse discurso à luz de uma perspectiva de língua como apenas um sistema de regras – rigoroso, normativo, prescritivo, categorizável – evidencia-se uma conhecida alternância de códigos pela presença de elementos das línguas nomeadas inglês e português.

Contudo, como já afirmado anteriormente, entendemos a língua como uma ficção, cujas categorizações e nomeações reforçam processos de segregação e dominação de performances que não se conformam com a norma. Destacamos que, uma das formas de dominação e opressão linguística é o valor de verdade reverberado por concepções



coloniais de língua, uma vez que se define uma “língua correta/legal”, uma “língua incorreta/ilegal” e uma terceira considerada “não-língua”.

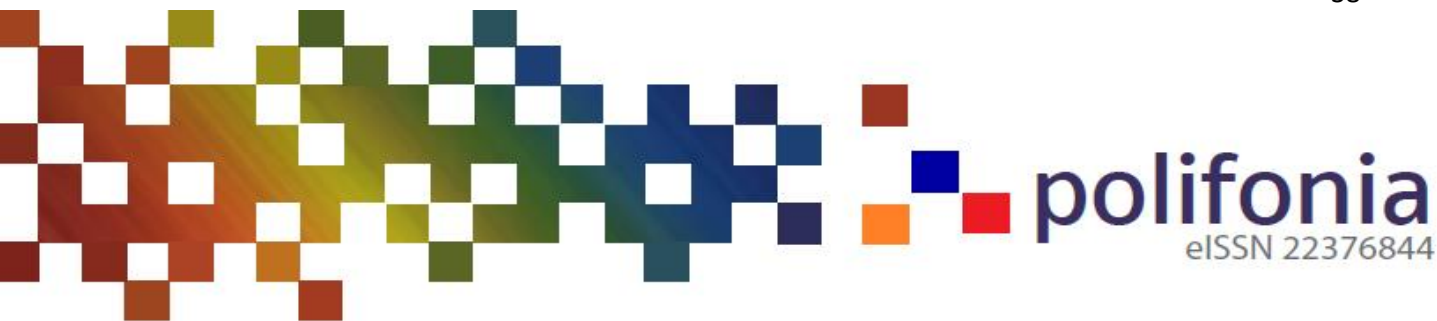
Assim, numa visão colonial, normativa e eurocêntrica de língua a performance de TiTaTully seria considerada uma “língua incorreta/ilegal”, ou até mesmo uma “não-língua”, uma vez que a performance de gênero de TiTa, que está entrelaçada ao seu repertório biográfico, “transgride” normas socialmente prescritas e é “irreconhecida”, silenciada, violentada e invisibilizada.

Partindo da concepção de língua defendida neste artigo compreendemos que esse falante performou seu repertório, formulado e reformulado em suas experiências, vivências, e emoções, de modo a negociar nessa interação sua identidade e suas afinidades. Em uma possível análise desse discurso, podemos destacar a atitude contra-hegemônica da *drag queen*, praticante de uma “língua mundial”, a que é conferido um status de poder e saber atrelado ao indexical periférico, reafirmando a marginalização da performance *drag* socialmente. Esse efeito é intensificado pela menção à *socialite* Paris Hilton, visto que sua imagem alude ao estereótipo da mulher estadunidense, colonizadora e rica, enfim, a “europeizada” (branca, loira, olhos claros).

Ao fazer essa escolha performática na “língua do colonizador” para descrever sua performance, a artista *drag* é decolonial, porque propõem o indexical “periférica”, contradizendo as expectativas, reivindicando a narrativa e subvertendo-a de modo a expor e performar suas identidades.

Isso é translanguaging. É a escolha de performances linguísticas, identitárias e sociais. Desse modo, propor estudos sobre essas performances, em espaços acadêmicos, é uma maneira de promover a justiça social e “balançar” as estruturas de poder que governam o espaço acadêmico.

Dito isso, ao desafiar as ideologias das línguas socialmente nomeadas, a perspectiva translanguaging e suas práticas são atos de performances contra-hegemônicas e decoloniais, porque se negam a aceitar a imposição da língua do “outro” sobre a língua do “eu”, buscando determinar como “eu” devo agir e significar minhas experiências, de maneira a regular a agentividade no mundo social. Ao desmarginalizar esses repertórios performativos, essas performances são entendidas como atos legítimos co-construídos



nas experiências vividas na língua (*Spracherleben*), cujas origens ou modelos não existem.

Considerações à guisa de conclusão deste artigo

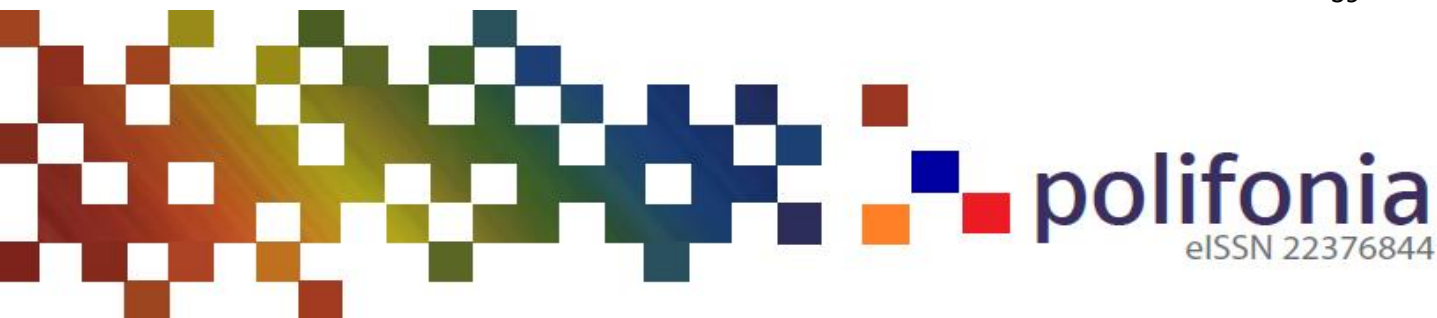
Nas três situações discutidas anteriormente, parece estar explicitada a noção de repertório que é um dos pilares para o entendimento de translanguaging. Encontramos em Busch (2015) a definição que passamos a defender:

O repertório linguístico reflete a coexistência sincrônica de diferentes espaços sociais nos quais participamos como falantes, e tal repertório aponta diacronicamente para diferentes níveis de tempo. Não só aponta para o passado da biografia linguística, que deixou para trás suas marcas e cicatrizes, mas também para frente, antecipando e projetando situações e eventos futuros para os quais nós estamos nos preparando para enfrentar (BUSCH, 2015, p. 14).

Tomamos a liberdade de, parafraseando a autora acima, propor uma definição de bilinguismo como sendo “a coexistência sincrônica de diferentes espaços sociais e a manifestação diacrônica no falante, pois envolve diferentes níveis de tempo. Aponta para o passado da biografia linguística do falante, e também para frente, para interações futuras, de forma inescrutável.” (SALGADO, 2019, et secundum BUSCH, 2015).

Assim entendido, bilinguismo toma a dimensão social enquanto o bilíngue, em sua dimensão pessoal, assume sua capacidade linguística por meio de translanguaging, tornando-se capaz de performatividade multimodal em direção ao outro que, da mesma forma, performa multimodalmente, de forma dialética e dialógica (BAKHTIN, 1981).

Qualquer tentativa de se descrever condições contemporâneas de contatos linguísticos e culturais de forma externa ao falante corre o risco de ser frustrada visto que em uma sociedade frequentemente descrita como superdiversa, a noção de “língua” como um código ou sistema de regras a ser dominado com proficiência parece fazer cada vez menos sentido, já que a mobilidade de pessoas e recursos linguísticos detonada pelos episódios mais recentes da globalização torna os repertórios linguísticos complexos e imprevisíveis. Se queremos promover uma sociedade mais justa em que não só as práticas de certos falantes são entendidas como legítimas, o que em si cria oportunidades de exclusão e injustiça, devemos promover um entendimento de “língua” como prática. Esse



entendimento de “língua” como prática resiste a uma visão opressora, desmantela sistemas de hierarquia linguística.

Não se trata apenas de marcar um lugar de resistência - ainda que isso já justificasse a luta por justiça social - mas de iluminar práticas que vêm sistematicamente sendo invisibilizadas (SOUSA SANTOS, 2007). É um esforço acadêmico não no sentido de autorizar ou reconhecer essas práticas e discursos. Não cabe mais à academia dar voz ou autorizar diferentes discursos. O que urge agora é extinguir a linha abissal (SOUSA SANTOS, 2007) que separa os saberes negados dos saberes dominantes. Translanguaging não é alternância de códigos, mas a movimentação corporificada de linguagem sem a consciência de barreiras. É mudança de perspectiva.

Referências

BAKHTIN, M. M. Forms of time and the chronotope in the novel. In: HOLQUIST, M. (org.) **The dialogic imagination: four essays by M. M. Bakhtin**. Austin: University of Texas Press, 1981, p. 84-258.

BUSCH, Brigitta. Expanding the Notion of the Linguistic Repertoire: On the Concept of *Spracherleben*—The Lived Experience of Language. *Applied Linguistics* 1(20), OUP, 2015.

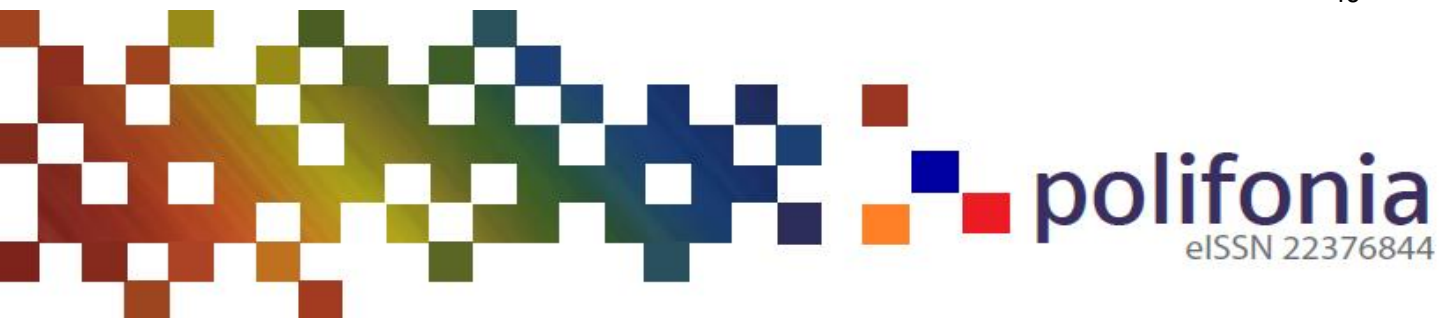
BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: Redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006. p. 45 a 65.

GARCÍA, Ofelia; WEI, Li. **Translanguaging: Language, Bilingualism and Education**. New York: Macmillan, 2014.

HANKS, William. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURO LOPES, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte. Autêntica, 2018.



LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Humaitá: Bazar do Tempo, 2020.

MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Desinventando e (re)constituindo línguas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 9-34, dez. 2015.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013.

OTHEGUY, Ricardo; GARCÍA, Ofelia; REID, Wallis. Clarifying Translanguaging and deconstructing named languages: A perspective from linguistics. *Applied Linguistics Review*, 6(3), 2015.

OYEWÚMI, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Humaitá: Bazar do Tempo, 2020.

PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L.P (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. cap. 2, p. 67-83.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal. *Novos estudos CEBRAP*, no.79, São Paulo Nov. 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SHOHAMY, E.; BEN-RAFAEL, E. & BARNI, M. **Linguistic Landscape in the city**. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2010.

WEI, Li. Translanguaging as a Practical Theory of Language. *Applied Linguistics*, Volume 39, Issue 2, April 2018, pg. 261.